

Pré-Constituinte sai em trinta dias

Comissão de alto nível terá dois vice-presidentes e 50 integrantes

Depois de uma hora de conversa, o ministro da Justiça, Fernando Lyra, e o professor Afonso Arinos de Mello Franco revelaram ontem que a comissão de alto nível a ser formada para elaborar uma proposta de Constituição a ser apresentada à Constituinte, deverá ser instalada dentro de "mais ou menos um mês" e que terá dois vice-presidentes "para dar mais flexibilidade".

Lyra observou que tratou com o jurista de aspectos gerais da comissão e que os dois decidiram preparar um organograma que permitirá que a comissão esteja apta a dar início aos seus trabalhos logo que seja convocada a Assembléia Nacional Constituinte. De acordo com o Ministro da Justiça, o ato convocatório poderá ser divulgado na próxima semana.

Segundo informação de Fernando Lyra, a comissão de alto nível deve incorporar cerca de 50 pessoas. Alguns nomes já cogitados em relação recentemente divulgada e que teria a aprovação do presidente Tancredo Neves, deverão integrar a comissão, mas o Ministro não revelou quem seria mantido. Disse do que somente ao presidente Sarney cabe a divulgação dos nomes.

E possível a divisão da comissão em subcomissões, de acordo com os as-

suntos e a posição geográfica dos participantes, conforme informou o Ministro da Justiça. "Essa providência permitirá que os trabalhos sejam acelerados", salientou.

Da mesma forma, o Ministro confirmou que a instalação da comissão será feita em Brasília, em sessão solene, e no Rio de Janeiro, no velho Palácio do Itamarati. A comissão terá, também, "três ou quatro reuniões plenárias — no Rio, em São Paulo, talvez em Brasília e em uma cidade do Nordeste".

O jurista Afonso Arinos revelou sua preocupação em garantir que a Constituinte seja "abrangente", procurando "cobrir todos os territórios da vida na sociedade". Como exemplo, citou ser indispensável que a Constituição aborde aspectos relativos à preservação da natureza.

Ele defendeu ainda o "princípio da democracia direta", segundo o qual o indivíduo passa a ter a prerrogativa da elaboração de leis ou do direito de veto dos eleitores quanto às decisões do Congresso Nacional. Depois do encontro no Hotel Nacional, Arinos retornou ao Rio de Janeiro, mas deve voltar a encontrar-se lá, com o ministro Fernando Lyra, ainda hoje, para nova conversa sobre a comissão de alto nível.

GILBERTO ALVES



Afonso Arinos e Fernando Lyra querem que a comissão constitucional seja flexível

Senadores recusam plebiscito

A bancada do PMDB no Senado resolveu entregar a nove senadores eleitos pela legenda em 1982 a responsabilidade de sugerir uma fórmula jurídica que garanta a participação de um terço dos senadores eleitos naquele ano na Assembléia Nacional Constituinte que o povo escolherá a 15 de novembro de 1986.

Só 10 senadores compareceram ao encontro da bancada presidido pelo líder Humberto Lucena. A maioria rejeitou a proposta de um plebiscito para que o eleitorado viesse a aprovar os 22 senadores, argumentando que alguns nomes seriam escolhidos e outros rejeitados, por ser inteiramente desconhecidos.

Também foi rejeitada a fórmula apresentada pelo senador Humberto Lucena, no sentido de que os eleitos encerrassem seus mandatos em 86 e se candidatassem à Constituinte. Segundo Humberto Lucena, os nove senadores do PMDB deverão se reunir com os seus colegas de outros partidos, eleitos em 82, para estudar a sugestão mais adequada.

O líder do PMDB, antes do final da reunião, fez um apelo aos senadores para que prestassem a convocação da liderança, a fim de promover um esforço concentrado na próxima semana e votar muitas matérias que estão congestionando a pauta do Senado, por falta de quórum.

Brizola alerta para lobby

Rio — O governador Leonel Brizola advertiu ontem que se as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em 1986 forem isoladas, "poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros colocarão grandes quantidades de dinheiro para eleger os candidatos que se dediquem à defesa de seus interesses".

Segundo o Governador, existe um objetivo desses grupos de legitimar seus interesses, através de uma Constituição. Brizola reafirmou que, para neutralizar a ação desses grupos, torna-se necessário eleição

simultânea, "porque os partidos terão seus candidatos a presidente da República, cada um com uma plataforma política própria, um programa de Governo, que proporcionará aos eleitores condições de escolher o que serve e o que não serve".

O Governador voltou a criticar a realização isolada para a Constituinte, alertando que se não houver eleições simultâneas "o País poderá cair nos descaminhos de 1934, quando se vivia uma situação exatamente igual".

Carta deve ter democracia direta

O jurista Afonso Arinos, que presidirá a comissão de alto nível encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição, sustentou ontem que o novo texto constitucional deverá estimular a democracia direta, sistema em que o povo torna-se responsável por determinadas decisões ou participa da elaboração de leis através dos partidos. Ele explicou que a democracia representativa está viçlada por 20 anos de arbítrio e que a participação é um princípio básico a ser seguido pela nova Carta.

Precisamos estimular a democracia direta, através da criação de instrumentos que proporcionem ao povo as condições necessárias para elaborar leis e ter direito de veto sobre as decisões do Congresso Nacional, disse o jurista. O estímulo à liberdade como direito de participação permitirá a ampliação dos princípios democráticos no País e esta proposta será apresentada por Afonso Arinos no início dos trabalhos da comissão, provavelmente em um mês.

Como exemplo de participação na democracia direta, ele citou o caso do Sulbrasiliano que não deveria ter sido decidido pelo Congresso, mas sim pelo povo. Um outro exemplo citado pelo jurista é o das associações de bairros, que se transformaram em órgãos de influência e por isso tornouse uma obrigação da nova constituição levá-las para

o terreno das decisões jurídicas. Para Afonso Arinos, a nova Carta deve ser abrangente e proporcionar estabilidade, de forma que possa "durar, mudando".

REAÇÃO
"Prestes me procurou, em 1953, quando eu era candidato ao Senado Federal, para me oferecer os votos do PCB. Não aceitei porque sou católico e porque não iria trocar uns poucos 20 mil votos do PCB por muitos mais de outro partido. Assim, não entendo essa sua colocação". Foi assim que reagiu o jurista às críticas de "reacionarismo" que lhe foram feitas pelo ex-secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luis Carlos Prestes.

Ao mesmo tempo em que disse ter admiração por Prestes, Afonso Arinos revelou que também considera o ex-líder comunista uma pessoa "ilimitada".

"Ele é o brigadeiro da esquerda", disse ainda, sugerindo que o "reacionarismo depende do ponto de vista". E desferiu outras farpas: "Como disse Cordeiro Guerra em seu livro, Prestes era o mais anticomunista de todos os que participaram da Coluna Prestes". Ou: "Em vez de opiniões, ele tem crenças".

Em seu tom baixo de voz, com grande tranquilidade e muitos sorrisos, Afonso Arinos disse considerar-se um liberal. "Sou um velho liberal". E, para provar, mostrou,

orgulhoso, o anel de ouro que usa no mesmo dedo da aliança de casado. No anel, que recebeu por ocasião da revolução liberal de 42, em Minas, está a inscrição: "Coragem e transição".

Reunido com a imprensa numa conversa informal no hall do Hotel Nacional, enquanto aguardava o ministro da Justiça, Fernando Lyra, o jurista revelou algumas de suas preocupações no que diz respeito à Constituinte a ser instalada em 87: "Um fato perigoso pode surgir se se trouxer ressentimentos de uma experiência fracassada — os 20 anos de regime autoritário, por exemplo — para o território das decisões jurídicas". Em seguida, afirmou: "O direito é inexoravelmente anti-sentimental".

O sentido da liberdade foi, segundo Afonso Arinos, alterado, no decorrer do tempo. Ele explicou que, antes, representava a mobilização do indivíduo contra a excessiva intervenção do Estado na vida do cidadão. Atualmente, o sentido da liberdade significa mais a participação do homem nas decisões do Estado.

Depois de passar dois dias em Brasília, onde recebeu homenagens de amigos, além de condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo pelo embaixador de Portugal, Afonso Arinos de Mello Franco retornou ao Rio de Janeiro. Lá, aguardará a convocação da Constituinte, para instalar a comissão de alto nível.

Sarney quer mostrar caos que herdou

O presidente José Sarney confidenciou ontem ao deputado Jorge Ueque (PMDB-RS) que pretende mostrar à população brasileira uma "radiografia da crise do País, gerada pelo caos administrativo herdado da Velha República". Segunda-feira, durante a sua primeira entrevista coletiva à imprensa nacional e estrangeira, Sarney deve começar a divulgar a "herança caótica" que recebeu do governo Figueiredo, revelou Ueque, após encontro de 30 minutos com o Presidente.

Este será apenas o primeiro passo. Jorge Ueque sugeriu e Sarney achou razoável a idéia de promover vários pronunciamentos, em cadeia nacional de rádio e televisão, contando "porque a máquina governamental ainda não funciona a todo vapor".

A proposta de Ueque é a seguinte: o próprio Sarney faria um primeiro pronunciamento à Nação, dando uma idéia global da situação do Governo. Todos os ministros fariam, logo a seguir, em dias diferentes, um balanço individual de cada ministério. "O presidente vai discutir a idéia com seus assessores", revelou Ueque.

O prazo para as comissões ministeriais encarregadas de (90 dias) fazer um levantamento da situação do Governo termina amanhã e Jorge Ueque acha que é hora de contar ao povo "os absurdos verificados nos ministérios".

Brossard desmente convite

Um almoço entre o jurista Paulo Brossard e o presidente José Sarney gerou ontem, no Palácio do Planalto, uma forte onda de boatos. Segundo a versão, Sarney convidara Brossard para substituir o ministro da Justiça, Fernando Lyra, em maio do próximo ano, quando este deixar o Ministério para candidatar-se a uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte.

No final da tarde, o secretário adjunto de Imprensa da Presidência da República, jornalista Frota Neto, confirmou o almoço de Brossard com Sarney, no Palácio do Jaburu. Fez, contudo, uma ressalva: "Foi apenas um encontro de velhos amigos, que já atuaram juntos no Senado Federal. Não tem fundamento as versões de que estaria sendo antecipada a reforma ministerial", desmentiu.

"A convocação da Assembléia Nacional Constituinte poderia ser feita em conjunto pelos poderes Executivo e Legislativo", declarou Brossard, depois de afirmar não ter sido convidado para integrar o ministério. O jurista não vê com simpatia a convocação da Constituinte pelos três poderes: "Isso não compete ao Judiciário". Ele também não concorda com aqueles que acham que a convocação deve ser precedida por um plebiscito: "Se fizermos um plebiscito, teríamos que, também, submeter a Constituição resultante da Constituinte a referendo popular para que ela seja legítima?", indaga.

PONTO DE PARTIDA
Também as críticas que vêm sendo feitas de antemão à instalação da comissão de alto nível e aos seus prováveis integrantes, são rechaçadas por Paulo Brossard, sob a alegação de que não se critica o que não se conhece.

"A proposta que resultar da comissão poderá ser aproveitada parcialmente, aprovada completamente ou rejeitada em seu todo. Isso vai depender dos constituintes. O que devemos ter em mente é que o anteprojeto representará tão-somente um ponto de partida em torno do qual haverá um amplo debate", explicou.

PODER ECONOMICO

Para o ex-senador Paulo Brossard, um motivo de preocupação com relação à matéria é o abuso do poder econômico: "Este é um problema que compete à Justiça Eleitoral, que deverá fiscalizar — e ter instrumentos que viabilizem essa fiscalização — a utilização do poder econômico", diz. Ao mesmo tempo, reconhece que, embora existam leis que limitem um pouco o uso do poder econômico, a matéria merece um exame mais aprofundado para que o eleitorado possa ter critérios de escolha que não sejam meros resultados da interferência ou influência desse poder. "Que reflitam o pensamento predominante da sociedade".

Outro ponto considerado fundamental por Brossard é o que diz respeito aos aspectos que deverão ser abordados na Constituição a ser elaborada. Será uma Constituição abrangente ou será sintética? "No meu entender, deverá tratar basicamente do funcionamento dos três poderes e não descer a detalhes que podem ser tratados pela legislação ordinária", pondera. Ele acha também que aqueles que irão elaborar uma proposta de Constituição não poderão se furtar a estudar as Cartas de outras Nações. "Um estudo comparado pode nos auxiliar na elaboração de nossa Constituição. Não para imitar, mas para examinar erros e acertos — isso é útil" considera.

SI
GH
LA
CR
A
P
L
D
N
R
N
P
F
E
N
S
A
G
H
C
R
(
P
S
Q
R
G
Q
P
T
C
R
U
P
E
F
P
S
L
V
D
T
E
D
C
R
C
C
N